



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

**SIND DA IND DE CARNES E DERIV NO EST DE S PAULO**, CNPJ n. 60.984.168/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr. Algemir Tonello;

E

**SIND DOS TRAB NAS IND DE AL DE BRAG PTA E ATIBAIA**, CNPJ n. 45.626.033/0001-80, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). NELSON DA SILVA e por seu Presidente, Sr(a). JOSE LUIZ MARTINS CARDOSO e por seu Procurador, Sr(a). JOSE BENEDITO DITINHO DE OLIVEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos trabalhadores de ALIMENTAÇÃO nas indústrias de ALIMENTAÇÃO representadas pelo sindicato patronal signatário da presente convenção coletiva de trabalho. Esta convenção abrange somente as categorias e bases territoriais, conforme descrito nas Cartas/Registros Sindicais das entidades sindicais convenentes, em intersecção, com abrangência territorial em Atibaia/SP, Bom Jesus dos Perdões/SP, Bragança Paulista/SP, Itatiba/SP, Jarinu/SP, Joanópolis/SP, Morungaba/SP, Nazaré Paulista/SP, Pedra Bela/SP, Pinhalzinho/SP, Tuiuti/SP e Vargem/SP.

### SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Fica assegurado para os empregados, à exceção do menor aprendiz, na forma da lei, um salário normativo de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, a partir de 01/02/2025.

### REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - AUMENTO SALARIAL

Os salários dos empregados beneficiados pela presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, serão reajustados a partir de 01/03/2023 pelo percentual total de 4,17% (quatro virgula dezessete por cento), negociado e ajustado pelas partes para o período entre 01/02/2025 a 31/01/2026.

**Parágrafo primeiro:** As empresas que se encontrarem em dificuldades econômicas, que as impossibilitem de cumprir o reajuste salarial estabelecido na presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão negociar a solução deste impasse com o respectivo Sindicato Profissional.

DS  
AT

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA



PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÕES

Serão compensados todos os reajustes e aumentos, espontâneos ou compulsórios concedidos no período de 01.02.2024 a 31.01.2025, salvo os decorrentes de promoção, mérito, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, término de aprendizagem e aumento real expressamente concedido a esse título.

CLÁUSULA SEXTA - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

Aos empregados admitidos a partir de 01.02.2024 deverão ser observados os seguintes critérios:

MÊS DE ADMISSÃO	PERCENTUAL
fev/24	4,17%
mar/24	3,82%
abr/24	3,46%
mai/24	3,11%
jun/24	2,76%
jul/24	2,41%
ago/24	2,06%
set/24	1,72%
out/24	1,37%
nov/24	1,03%
dez/24	0,68%
jan/25	0,34%

A) Sobre o salário de admissão de empregados admitidos em funções com paradigma, será aplicado o mesmo percentual de reajustamento salarial concedido ao paradigma desde que não ultrapasse o menor salário da função;

B) Sobre o salário de admissão de empregados admitidos em funções sem paradigma e de admitidos por empresas constituídas após a data-base, deverá ser aplicado o percentual de acordo com a tabela acima, considerando, também, como mês de serviço, as frações superiores a 15 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO/VALE

As empresas concederão aos seus empregados um adiantamento salarial, a título de vale, até o dia 20 do mês trabalhado, de 40% do salário mensal, garantidas as condições mais favoráveis já existentes na empresa. Quando o dia 20 coincidir com sábado, o pagamento do vale será feito no dia imediatamente anterior.

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

Fornecimento obrigatório de comprovantes de pagamento, com a discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e os recolhimentos do FGTS.

DS  
AT

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP  
Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA

**CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO ATRAVÉS DE BANCO**

Quando o pagamento de salário for feito mediante cheque, as empresas estabelecerão condições para que o empregado possa descontar o cheque no mesmo dia em que for efetuado o pagamento, ou no máximo até o dia seguinte, desde que este não seja domingo ou feriado, sem que o empregado seja prejudicado no seu horário de refeição.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO****CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, de igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais, ficando excluídos desta garantia os cargos de gerência, bem como as funções individualizadas, isto é, aquelas que possuem um único empregado no seu exercício.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS  
ADICIONAL DE HORA-EXTRA****CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRAS**

As horas extraordinárias prestadas de segunda-feira a sábado serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Primeiro - todas as horas-extras prestadas durante o descanso semanal remunerado, sábados compensados, ou dias já compensados ou feriados, serão acrescidas de 100%; portanto, o empregado que prestar serviço nesta situação fará jus a:

- 1) pagamento do descanso semanal remunerado, de acordo com a Lei;
- 2) horas trabalhadas; e
- 3) 100%, a título adicional, sobre as horas trabalhadas.

**ADICIONAL NOTURNO****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno, assim considerado aquele que for executado das 22h00 às 5h00 do dia seguinte, conforme regulamentação dos arts. 73 e seguintes da CLT, será remunerado com o adicional de 30% (trinta por cento), a incidir apenas sobre o salário-hora básico, e não sobre este acrescido de outros adicionais que porventura ocorrerem.

**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E OU RESULTADOS**

As empresas que não implantarem até 31/12/2026 programa de participação nos lucros ou resultados relativos ao exercício de 2025, deverão arcar como pagamento de uma multa para cada empregado, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Parágrafo primeiro: De acordo com o estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.101/2000, a multa aqui estabelecida não constitui base de incidência de nenhum encargo trabalhista ou previdenciário, não se aplicando o princípio da habitualidade.

DS  
AT

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA



Parágrafo segundo: Para o pagamento da multa prevista nesta cláusula, será observado:

a) Para os empregados com contrato vigente em 31/12/2025, será paga na folha de pagamento da competência do mês de fevereiro de 2026.

b) Para os empregados afastados ou admitidos durante o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, será paga proporcionalmente aos meses efetivamente trabalhados durante o período, à razão de 1/12 por mês de serviço ou fração superior a 15 dias. Dos afastados por acidente do trabalho, no referido período, não será descontado o valor equivalente ao período do afastamento.

c) Aos empregados demitidos por justa-causa ou que tenham solicitado demissão não serão devidos os valores referidos. Os empregados demitidos sem justa causa antes da data aprazada, para o pagamento, receberão o valor por ocasião do pagamento das verbas rescisórias.

Parágrafo terceiro: Os valores das multas acima estabelecidos, não serão considerados como base ou parâmetro para a elaboração de qualquer programa.

### **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESTA BÁSICA**

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho fornecerão a todos seus empregados, mensalmente, Cesta Básica/Vale Tíquete no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), que será entregue até o 15º dia do mês subsequente, a ser subsidiada em sua maior parte, com desconto de até 10 (dez por cento) do seu valor.

Parágrafo primeiro: A concessão da Cesta Básica não terá natureza salarial, não se incorporando aos salários para todos os efeitos legais.

Parágrafo segundo: Para as empresas que já concedem cestas básicas mais favoráveis ao trabalhador ficam preservadas estas condições, inclusive no tocante ao desconto, não podendo o resultado final ser inferior ao acima fixado, ficando assegurado que as empresas promoverão a correção da Cesta Básica pelo mesmo percentual de 4,17% (quatro virgula dezessete por cento), estabelecido na cláusula 4ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho

Parágrafo terceiro: Se a empresa se utilizar do PAT poderá se valer do presente instrumento para sua regularização junto à Superintendência do Trabalho, devendo o Sindicato dos Trabalhadores colaborar para sua instituição.

### **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL**

A empresa pagará, no caso de falecimento de empregado, a título de Auxílio Funeral, juntamente com o saldo de salário e outras verbas trabalhistas remanescentes, a quantia correspondente a 2 (dois) salários normativos da categoria vigente na empresa à data do falecimento. Não se aplica esta cláusula às empresas que adotem sistema de seguro de vida em grupo.

DS  
AT

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA



**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PROMOÇÕES**

A promoção do empregado para cargo de nível superior ao exercido comportará um período experimental não superior a 90 (noventa) dias.

Vencido o período experimental a promoção e o aumento respectivo de salário serão anotados na CTPS.

Nas promoções para cargo de supervisão ou chefia o prazo experimental acima deverá ser estendido para 180 (cento e oitenta) dias.

**DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CARTA-AVISO DE DISPENSA**

É assegurado ao empregado demitido, sob a alegação de prática de falta grave, a entrega de carta-aviso por escrito e contrarrecibo.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

O pagamento das verbas rescisórias e as homologações das rescisões contratuais deverão ser feitas nos termos do art. 477 da CLT.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E  
ESTABILIDADES  
ESTABILIDADE MÃE**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO À GESTANTE**

A) Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, de empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto;

B) Se rescindido o contrato de trabalho, a empregada deverá, se for o caso, avisar o empregador do seu estado de gestação, devendo comprová-lo dentro do prazo de 60 dias a partir da notificação da dispensa. Nos casos de gestação atípica, não revelada, esse prazo será estendido para 90 dias, devendo tal situação ser comprovada por atestado médico do SUS;

C) A empregada gestante não poderá ser despedida, a não ser nas hipóteses de justa causa, contrato por prazo determinado (inclusive de experiência), pedido de demissão e transação.

**ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - EMPREGADO EM IDADE DE SERVIÇO MILITAR**

Garantia de emprego ou salário ao menor em idade de prestação do serviço militar, desde o seu alistamento até a incorporação e nos 30 (trinta) dias após o desligamento, exceto nas hipóteses de contrato a prazo, inclusive de experiência, rescisão por justa causa, pedido de demissão e transação.

DS  
AT

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA

**ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL****CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO A EMPREGADO ACIDENTADO**

O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente, conforme determina o artigo 118, da Lei nº 8213/91.

**ESTABILIDADE APOSENTADORIA****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - VÉSPERA DE APOSENTADORIA**

Ao empregado atingido por dispensa sem justa causa e que possua mais de 5 (cinco) anos ininterruptos de trabalho na mesma empresa e a quem, concomitante e comprovadamente, falte o máximo de até 12 meses para aquisição do direito à aposentadoria em seus limites mínimos, a empresa reembolsará as contribuições dele ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que tenham por base o último salário devidamente reajustado, enquanto não conseguir outro emprego e até o prazo máximo correspondente àqueles 12 (doze) meses, sem que esta liberalidade implique em vínculo empregatício.

Para fazer jus a esse reembolso, o empregado fica obrigado a comprovar o efetivo pagamento à Previdência Social da contribuição a ser reembolsada ou a entregar à empresa o carnê do INSS, para que esta efetue, mensalmente, os aludidos pagamentos.

**OUTRAS NORMAS DE PESSOAL****CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADA ADOTANTE**

As empresas concederão licença remunerada de acordo com o artigo 392-A da Consolidação das Leis do Trabalho para as empregadas que adotarem ou obtiverem guarda judicial.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS  
COMPENSAÇÃO DE JORNADA****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DIAS PONTES**

As empresas poderão liberar o trabalho em dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, através de compensação, anterior ou posterior, dos respectivos dias, desde que aceite a liberação e a forma de compensação por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus empregados, inclusive, mulheres e menores, mediante consulta livre.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE HORAS**

Fica autorizada a celebração, diretamente com os empregados, de acordo de compensação de horas de trabalho.

**FALTAS****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS AOS EMPREGADOS ESTUDANTES**

Abono de faltas aos empregados estudantes, para a prestação de exames em estabelecimento oficial ou reconhecido de ensino, quando tais exames coincidirem com o horário do trabalho,

DS  
AT

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA



pré-avisado, por escrito, o empregador com o mínimo de 72 horas e mediante comprovação posterior.

Não serão abonadas as faltas destinadas a processos de verificação de aprendizagem, através de avaliações.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nas seguintes situações:

- a) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do pai, mãe, irmão ou filho, cônjuge ou companheiro (a), sogro, sogra;
- b) 1 (um) dia em caso de internação hospitalar do cônjuge ou filho; e
- c) 3 (três) dias em caso de casamento;

Devendo, em qualquer hipótese, comprovar documentalmente as respectivas situações previstas nesta cláusula.

#### **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS**

O início das férias coletivas ou individuais, integrais ou parceladas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias pontes já compensados, ressalvados os casos de empregados que cumprem sistemas de escalas de rodízio e os vigias.

#### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – CONDIÇÕES DE HIGIENE NO TRABALHO**

Serão asseguradas aos trabalhadores as seguintes condições de higiene e conforto:

- a) água potável; b) sanitários separados para homens e mulheres em adequada situação de limpeza; e c) chuveiro com água quente.

#### **UNIFORME**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - UNIFORMES**

Fornecimento gratuito de uniformes e demais peças de vestimenta, quando exigidos pela empresa na prestação dos serviços ou quando obrigatórios por Lei.

#### **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS**

Reconhecimento, pelas empresas que não mantenham serviço médico e odontológico, próprio ou através de convênio, de atestados médicos e odontológicos, referentes a casos de urgência médica comprovada, expedidos pelo ambulatório do Sindicato dos Trabalhadores, para justificação de ausência ao trabalho, desde que tal Sindicato mantenha convênio com o INSS.

DS  
AT

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA





## PRIMEIROS SOCORROS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão, em local de fácil acesso e disponível em todos os turnos de trabalho, material destinado a primeiros socorros, o qual conterà os medicamentos básicos.

## RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Conforme deliberado em assembleia geral, as empresas efetuarão o desconto mensal da contribuição assistencial de até 1% (um por cento) do salário de cada empregado, excluindo-se o 13º salário, limitado ao máximo de R\$30,00 (trinta reais), para posterior repasse ao sindicato profissional até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto.

**Parágrafo primeiro:** Fica assegurado aos empregados o direito de oposição ao desconto da referida contribuição no prazo de 10 dias a contar da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, com ampla divulgação à categoria.

**Parágrafo segundo:** A carta de oposição deverá ser escrita de próprio punho pelo empregado e poderá ser entregue eletronicamente, por e-mail, para o endereço eletrônico: [sintabbpaulista@terra.com.br](mailto:sintabbpaulista@terra.com.br)

**Parágrafo terceiro:** O Sindicato de trabalhadores encaminhará para as empresas, em até 48 horas após o encerramento do prazo para manifestação da oposição, a relação dos trabalhadores que se opuseram ao desconto.

**Parágrafo quarto:** As empresas se comprometem a não realizar de quaisquer atos, campanhas ou condutas similares, no sentido de incentivar ou patrocinar a manifestação do direito de oposição à contribuição assistencial pelos empregados

**Parágrafo quinto:** As empresas efetuarão o desconto e repasse da contribuição como simples intermediárias, não lhes cabendo ônus por eventual reclamação judicial ou administrativa, assumindo desde já o Sindicato profissional conveniente, em qualquer hipótese, a total responsabilidade pelos valores descontados e a ele repassados.

**Parágrafo sexto:** O Sindicato profissional subscritor da presente Convenção Coletiva de Trabalho obriga-se a participar, como litisconsorte passivo, de qualquer ação individual ou coletiva, inclusive ação civil pública, que tenha por objeto a devolução de valores descontados dos empregados e a ele repassados na forma do “caput”, bem como a ressarcir diretamente ou por meio de compensação com outros créditos futuros, os valores devolvidos, as despesas e os prejuízos causados às empresas e entidade patronal conveniente em razão de descontos nos salários dos empregados considerados indevidos, bem como multas decorrentes de eventual autuação imposta por auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e/ou Ministério Público do Trabalho.

DS  
AT

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA





## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas facilitarão a colocação, nos seus quadros de avisos, de avisos e comunicações do Sindicato dos empregados, após previamente aprovados pela direção da empresa e desde que assinados por um Diretor do Sindicato dos Trabalhadores.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção.

## **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DAS DIFICULDADES ECONOMICAS**

As empresas que se encontrem em dificuldades que as impossibilitem de cumprir as cláusulas econômicas da presente Convenção Coletiva, poderão negociar tais cláusulas com o Sindicato dos Trabalhadores, de forma a torná-las menos onerosas aos seus custos, cabendo as partes, de comum acordo, estabelecer os critérios da negociação.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPROMISSO**

As partes comprometem-se a cumprir a presente Convenção em todos os seus termos e condições, durante o seu prazo de vigência.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - MULTA**

Multa de 10% (dois por cento) do Salário Normativo, por infração, em favor da parte prejudicada, em caso de descumprimento das obrigações de fazer.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, desta Convenção Coletiva de Trabalho ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIO**

As empresas fornecerão devidamente preenchido, o Atestado de Afastamento e Salário (AAS), quando solicitado por escrito pelo empregado, nos seguintes prazos máximos:

- para obtenção de auxílio doença: 5 dias úteis;
- para fins de aposentadoria: 10 dias úteis;

DS  
AT

## **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP  
Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766

Rubrica  
JMC

Rubrica  
JBDDA



- para fins de aposentadoria especial: 30 dias úteis.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

DocuSigned by:

*Algimir Tonello*  
72149DC377EA4EB...  
ALGEMIR TONELLO  
PRESIDENTE

**SIND DA IND DE CARNES E DERIV NO EST DE S PAULO**

Assinado por:

*Jose Luiz Martins Cardoso*  
42B1840EA520498...  
JOSE LUIZ MARTINS CARDOSO  
PRESIDENTE

**SIND DOS TRAB NAS IND DE AL DE BRAG PTA E ATIBAIA**

Assinado por:

*Jose Benedito Ditinho de Oliveira*  
ZA90A42087DF482...  
JOSE BENEDITO DITINHO DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

**SIND DOS TRAB NAS IND DE AL DE BRAG PTA E ATIBAIA**

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Av. Paulista 1313 – 10º andar – cj 1030 – São Paulo – SP

Fone (011) 3549 4262/3287 0012 – Fax (011) 3171 2766